



TRABALHOS PREPARATÓRIOS DO IV PLANO DE FOMENTO

---

# **relatório de propostas**


**comissão de planeamento  
da região centro**

**ANEXO:**

**Programação do Ensino Superior  
na Sub-Região Interior Centro**

---

**MARÇO DE 1972**



14

TRABALHOS PREPARATÓRIOS DO IV PLANO DE FOMENTO

---

# **relatório de propostas**

**comissão de planeamento  
da região centro**

**ANEXO:**

**Programação do Ensino Superior  
na Sub-Região Interior Centro**

---

**MARÇO DE 1972**

PRESIDENCIA DO CONSELHO  
COMISSÃO DE PLANEAMENTO DA REGIÃO  
DO CENTRO



Programação do Ensino Superior


na

Sub-região Interior Centro

## ÍNDICE

1 - Metodologia	2
1.1 - Projecto do Sistema Escolar	2
1.2 - O Ensino Superior no Desenvolvimento	3
1.3 - Política de Ordenamento do Território	5
1.3.1 - Estratégia	6
1.3.2 - Objectivos	7
1.3.3 - Ordenamento Urbano	7
1.3.4 - Ordenamento Industrial	8
1.3.5 - Ordenamento Rural	8
1.3.6 - Conclusão	9
1.4 - A S.R.I.C. e o Ensino Superior	10
1.5 - Modelos e Projecções	13
2 - Potencialidades Físicas	15
3 - Potencialidades Humanas	16
3.1 - Demografia	17
3.1.1 - Distrito de Castelo Branco	19
3.1.2 - Distrito da Guarda	21
3.1.3 - Distrito de Viseu	23
3.1.4 - População Total por Idades	24
3.1.5 - Pirâmide Etária da S.R.I.C.	26
3.1.6 - Pirâmides do Ensino	30
3.1.6.1 - Previsão e Variação Verificada na Frequência do Ensino Superior (Solomon)	31
3.1.6.2 - Aplicação da pirâmide de Solomon à S.R.I.C.	34
4 - Ensino Superior	38
4.1 - Medicina	40

4.2 - Agricultura. Silvicultura e Pecuária	42
4.3 - Turismo	43
4.4 - Administração e Engenharia Auxiliar	49
4.5 - Localização	52
5 - Conclusão	54



SIGLAS

A.S.A.E.P. - Análise da Situação Actual do Ensino em Portugal

G.E.P.A.E. - Gabinete de Estudos de Planeamento da Acção Educativa

I.N.E. - Instituto Nacional de Estatística

P.O.R. - Política de Ordenamento Rural

P.O.T. - Política de Ordenamento do Território

P.S.E. - Projecto do Sistema Escolar

S.R.I.C. - Subregião Interior Centro

S.R.I.N. - Subregião Interior Norte

S.R.I.S. - Subregião Interior Sul

S.T.P.C. - Secretariado Técnico da Presidência do Conselho

## 1 - Metodologia

O desenvolvimento técnico e científico passou a exigir, nas últimas décadas, grande quantidade de pessoas com formação intelectual superior, preparadas para o estudo e investigação nos campos mais variados da técnica, da economia e da sociologia.

Como consequência, as universidades passaram a ter uma afluência que ainda não parou de crescer e que, pelas projecções contidas no quadro VII, VIII, do trabalho "Procura do Ensino Superior em Portugal" do GEPAE, não abrandará na década de 70.

Por sua vez, as universidades existentes, onde os cursos se tornaram antiquados, atingiram a saturação originando a necessidade de uma reestruturação do ensino e a criação de novas escolas, capazes de satisfazerem às frequências e à diversificação do ensino que se impõe.

Nesse sentido, o Ministério da Educação Nacional, divulgou o "Projecto do Sistema Escolar" destinado "a promover a necessária e profunda renovação do ensino em Portugal".

### 1.1 - Projecto do Sistema Escolar

A sistematização do P.S.E. considera o segundo período, do primeiro ciclo do ensino secundário, como um "curso de orientação, focado sobre o desenvolvimento das aptidões dos jovens e possibilitando a escolha racional da via escolar ou profissional que melhor se coadune com as propensões naturais".



Assim, é no nono ano de escolaridade que se inicia a formação diferenciada do aluno que o conduzirá ao ensino superior que maior rentabilidade ofereça ao seu trabalho. Portanto, no fim do 1.º ciclo, é já possível prever o número de alunos que, pelas suas aptidões, devem frequentar o ensino superior.

Uma das inovações do P.S.E., que à S.R.I.C. mais interessa, é a criação dos institutos politécnicos. Isto é: estabelecimentos de ensino superior especializado que conferem um primeiro grau universitário, a que corresponde a designação de bacharel ou um título profissional adequado. Portanto, é este o tipo de ensino que melhor se enquadra numa região a desenvolver, porque oferece a formação de especialistas de acordo com as potencialidades e necessidades regionais.

## 1.2 - O Ensino Superior no Desenvolvimento

Considerando a população como uma potencialidade, que uma vez valorizada pelo ensino se torna mais produtiva, no circuito económico o investimento no ensino é rentável - desde que haja ocupação para as pessoas assim valorizadas.

Os efeitos no desenvolvimento, obtidos pelo aumento de produtividade devido ao ensino superior, tem dado origem a divergências que nos parece de transcrever antes de emitirmos a nossa opinião.

Onushkin em "La Planification du Développement des Universités - I (Unesco-I.I.P.E. - 1971) dá a conhecer vá

Assim, é no nono ano de escolaridade que se inicia a formação diferenciada do aluno que o conduzirá ao ensino superior que maior rentabilidade ofereça ao seu trabalho. Portanto, no fim do 1.º ciclo, é já possível prever o número de alunos que, pelas suas aptidões, devem frequentar o ensino superior.

Uma das inovações do P.S.E., que à S.R.I.C. mais interessa, é a criação dos institutos politécnicos. Isto é: estabelecimentos de ensino superior especializado que confere um primeiro grau universitário, a que corresponde a designação de bacharel ou um título profissional adequado. Portanto, é este o tipo de ensino que melhor se enquadra numa região a desenvolver, porque oferece a formação de especialistas de acordo com as potencialidades e necessidades regionais.

## 1.2 - O Ensino Superior no Desenvolvimento

Considerando a população como uma potencialidade, que uma vez valorizada pelo ensino se torna mais produtiva, no circuito económico o investimento no ensino é rentável - desde que haja ocupação para as pessoas assim valorizadas.

Os efeitos no desenvolvimento, obtidos pelo aumento de produtividade devido ao ensino superior, tem dado origem a divergências que nos parece de transcrever antes de emitirmos a nossa opinião.

Onushkin em "La Planification du Développement des Universités - I (Unesco-I.I.P.E. - 1971) dá a conhecer vá

rias opiniões sobre a ligação entre o ensino superior e o desenvolvimento, manifestadas num seminário do I.I.P.E. que se realizou em Paris de 7 a 11 de Julho de 1969. Assim:

- "... la contribution de l'enseignement supérieur au développement de l'économie avait une grande importance".
- "En tant qu'enseignants des universités, en tant que fonctionnaires des universités, il est à notre avantage de penser que les universités sont des facteurs importants du développement économique, mais, en fait, les preuves restent encore à démontrer".
- "... une étude menée par l'OCDE montrant qu'en ce qui concerne les pays développés d'Europe il n'y a pas de relation directement mesurable entre l'expansion ou la non-expansion de l'enseignement supérieur et la croissance économique, qu'on l'exprime en accroissement du revenu national par tête d'habitant ou augmentation de cet accroissement. Ici, on ajouta cependant que la relation est beaucoup plus compliquée qu'une simple relation de l'un à l'autre et, lorsqu'on considère ce problème, il faut tenir compte du développement économique du pays en question en même temps que de nombreux autres facteurs".
- "... Si la relation entre la croissance économique et l'expansion de l'enseignement supérieur est considérée isolément, les résultats peuvent être désastreux, quel que soit l'angle sous lequel on conçoit le problème".

- ... "L'Université doit suivre les besoins de l'économie et du système social dans son ensemble ..."

As opiniões, divergentes, sofrem a influência dos casos estudados - como se depreende da leitura dos exemplos apontados e que não vale a pena transcrever.

Um facto é verdadeiro: se uma região dispõe de potencialidades de que depende o seu desenvolvimento, carece de pessoas que saibam valorizá-las, se possível, que a elas estejam ligadas e que, durante a sua formação escolar, tenham tomado consciência de como essas potencialidades podem ser valorizadas.

Assim, o ensino superior, dentro do conceito do P.S.E., deverá ser considerado para cada caso do planeamento regional.

Para nós, no caso da S.R.I.C. - a que este trabalho se refere - o ensino superior deve ser considerado como um factor de desenvolvimento, não só por responder à necessidade de técnicos para valorizar as potencialidades primárias, como também pelas possibilidades de criação e desenvolvimento de actividades do sector secundário e terciário e ainda, por reduzir a carência de licenciados que se faz notar nas profissões liberais.

### 1.3 - Política de Ordenamento do Território

Reconhece o III Plano de Fomento a necessidade de uma política de ordenamento geral do território, que tenha por

objectivo conseguir uma maior harmonia do desenvolvimento económico e social, por meio da repartição dos grupos humanos, em função dos recursos efectivos utilizáveis do Território. Assim, opta-se por uma política de expansão baseada na racional organização do espaço urbano-industrial e rural.

### 1.3.1 - Estratégia

Para a realização desta política considera-se necessário:

- a) - Compensar o poder de atracção das duas grandes cidades do Continente - Lisboa e Porto.
- b) - Compatibilizar as exigências impostas pelo desenvolvimento nacional e as que respeitem ao progresso das diferentes regiões.

E, ainda, como estratégia global do ordenamento:

- a) - A organização da expansão de Lisboa e Porto, como base de um processo de penetração do desenvolvimento para o interior.
- b) - Concentração dos investimentos nos serviços e nas actividades produtivas, na Região Centro e no Algarve, por forma a contrariar o poder de atracção daquelas duas cidades.

Assim, na estratégia aconselhada, considera-se o desenvolvimento de serviços e de acti

vidades produtivas, na Região Centro, à qual pertence a S.R.I.C.

### 1.3.2 - Objectivos

A política de ordenamento fixada indica como objectivos:

- a) - O equilíbrio da rede urbana, com a finalidade de dotar as populações de equipamentos socio-económicos mínimos, concentrados a distâncias razoáveis;
- b) - A expansão descentralizada da indústria e dos serviços, concretizada pela utilização de polos de crescimento;
- c) - A progressiva especialização da agricultura regional, de acordo com as aptidões dos solos e as influências climáticas, numa óptica de concentração de investimentos.

### 1.3.3 - Ordenamento Urbano

A política de ordenamento urbano considera -na S.R.I.C. - como centro sub-regional principal, a Co<sub>g</sub>vilhã e como centro sub-regional secundário, Viseu.

No equipamento urbano destas duas cidades poderão ser considerados os institutos politécnicos e outros estabelecimentos superiores de ensino especializado, visto que, para a concretização das medidas

de política e de actuação, se considera nelas a localização dos equipamentos de saúde, de educação e de habitação.

#### 1.3.4 - Ordenamento Industrial

A política de ordenamento industrial considera a Covilhã como polo de crescimento, deixando dependente das comunicações entre Coimbra e Covilhã a escolha de Viseu para o mesmo fim e no desenvolvimento da estratégia, propõe-se, entre outras medidas que sejam objecto de actuação imediata a intensificação e concentração das acções de formação de mão-de-obra nos polos de crescimento, omitindo-se qualquer referência ao ensino superior.

#### 1.3.5 - Ordenamento Rural

A política de ordenamento rural considera a Cova da Beira como zona Integrada e aconselha que seja aprovada a hierarquização e definição de funções dos principais aglomerados incluídos na rede de apoio rural - onde a Guarda e Castelo Branco, são considerados Centros de ligação e o Fundão centro rural principal. Assim, propõe-se que seja estudada, entre outros, a implantação dos equipamentos de saúde, educação, habitação, cultura e desporto, etc. e a promoção da implantação de unidades de transformação e o estabelecimento dos necessários circuitos de comercialização.

E, no desenvolvimento das propostas, que seja feito o estudo do sistema institucional mais adequado à coordenação dos meios necessários à administra-

ção das obras de rega e ao estabelecimento de programas de produção, transformação e comercialização dos produtos nas "zonas integradas", considerando:

- a) - a constituição de explorações intensivas, bem dimensionadas e adoptadas às exigências dos mercados e à aptidão agrícola;
- b) - a melhoria das técnicas de gestão da empresa agrícola;
- c) - a formação de cooperativas e outras associações de agricultores, com a finalidade de centralizar a transformação e comercialização dos respectivos produtos;

#### 1.3.6 - Conclusão

Do que acabamos de resumir, concluímos que a P.O.T. propõe soluções para os seus problemas que exigem grande número de técnicos especializados, prevenindo a sua necessária formação e atribuindo funções, no desenvolvimento, aos seguintes aglomerados urbanos da S.R.I.C.: Covilhã, Viseu, Guarda, Castelo Branco e Fundão; locais onde deverão ser situados os institutos politécnicos e outros estabelecimentos de ensino especializado que forem julgados necessários para o desenvolvimento da S.R.I.C.

A falta de ensino superior, nas regiões interiores, muito tem contribuído para a emigração das elites intelectuais. E, este facto, reflecte-se na eco-



nomia da sub-região que continua a depender de uma agricultura tradicional.

Impõe-se, portanto, a criação do ensino superior, ao nível do primeiro grau - bacharel - que atenda às exigências económicas e sociais da S.R.I.C..

#### 1.4 - A S.R.I.C. e o Ensino Superior

Os Estudos Preparatórios para o IV Plano de Fomento, o Relatório Preliminar da Comissão de Planeamento da Região Centro e a Análise da Situação Actual do Ensino em Portugal, permitem-nos considerar a S.R.I.C., como uma região em transição, com tendência para a Hinselularização - que se torna necessário contrariar, por um processo de desenvolvimento que a integre na economia da Região Centro a que pertence.

Como causas fundamentais do estado actual, as mesmas fontes de informação indicam a falta de preparação das populações para encarar o fenómeno, de modo a que, servindo-se das potencialidades regionais-incluindo as humanas - possam contribuir para acelerar a transformação, contrariando a situação depressiva existente em que a tendência para aumentar a depressão é manifesta.

Na sua generalidade as actividades da S.R.I.C. são tradicionais, contando-se apenas uma zona com projecção regional, polarizada na Covilhã, mas que já carece de uma reconversão, de modo a tornar mais produtiva a indústria de lanifícios e a diversificar a actividade industrial.

A perda de valores humanos e das elites intelectuais da região é um facto que em muito contribui para a depressão verificada.

As emigrações que se verificam, quer com contratos de trabalho quer clandestinamente, para países mais ricos, que passaram a considerar o mercado de trabalho para além fronteiras, atingiu fortemente a S.R.I.C.:

Por outro lado, a falta de equipamento de instrução e formação profissional, é um factor negativo do desenvolvimento, na medida em que obriga as elites a deslocarem-se e a contactarem com novos ambientes sociais - que as prendem, pelas possibilidades de educação, de formação, de emprego e pelas melhores condições de existência que lhes oferecem os núcleos urbanos onde foram completar a sua educação e formação.

Esta situação levou a Comissão de Planeamento a considerar a criação de estudos superiores no IV Plano de Fomento.

Para a Programação do Ensino Superior na Sub-Região Interior Centro baseia-se o estudo em:

- a) - Estudos Demográficos do I.N.E.
- b) - Estatísticas do Ensino
- c) - Outros estudos do I.N.E.
- d) - Estudos Preparatórios do IV Plano de Fomento
- e) - Relatório Preliminar da Comissão de Planeamento da Região Centro
- f) - Diversa Bibliografia da UNESCO e da ONU
- g) - Exigências do mercado de Trabalho regional e nacional
- h) - Reservas humanas

1) - Análise da Situação Actual do Ensino em Portugal do G.E.P.A.E.

Consideramos que nas profissões mais necessárias na S.R.I.C. a educação e a formação teriam objectivos regionais.

Quanto aos excedentes, que a S.R.I.C. não pode empregar, a educação e a formação devem permitir-lhes que, como emigrantes se apresentem nos mercados de trabalho, valorizados à sua melhor produtividade.

Na solução procurada tivemos por objectivo: satisfazer à necessidade de renovação dos quadros existentes, à criação de novos empregos (de acordo com os recursos existentes) à formação de pessoal para satisfazer as exigências dos quadros administrativos, de gestão dos organismos corporativos, de gestão de cooperativas, da empresa agrícola e da empresa industrial e, para outras actividades indispensáveis ao apoio da agricultura, tais como o turismo.

Neste estudo tivemos sempre presente que:

- a) - O desenvolvimento depende, em grande parte, da possibilidade que cada região tem de dispor do número de indivíduos com o nível de instrução e formação necessários aos objectivos sociais e económicos contidos no respectivo plano.
- b) - A escola deve preparar o estudante, quer para a integração numa determinada vida social quer para fornecer-lhe a preparação necessária para construir a sociedade do futuro e

para uma vida melhor dentro do espaço físico a que pertence.

Assim, considerámos os recursos da S.R.I.C. e os programas de ensino de interesse regional, sob o aspecto qualitativo e, no que diz respeito ao quantitativo, o espaço nacional - uma vez que, pelo menos no início, a região não poderá absorver todos os estudantes que terminem os seus cursos.

O ensino superior, que consideramos necessário, limita-se aos institutos politécnicos e aos cursos de:

- a) - Agronomia
- b) - Silvicultura
- c) - Pecuária
- d) - Electrónica
- e) - Construção Civil
- f) - Minas
- g) - Medicina
- h) - Jurisno
- i) - Administração

sendo o seu objectivo fundamental a formação profissional.

#### 1.5 - Modelos e Projecções

O período de transição que estamos vivendo não nos permite confiar inteiramente nas projecções que se obtêm

a partir dos indicadores clássicos, pelo que nos pareceu de utilizar a programação formal como indicadora e seguir a programação descritiva em face das potencialidades e necessidades detectadas no Relatório Preliminar da Comissão de Planeamento da Região e dos estudos estatísticos do C.P.A.E..

Para melhor elucidação vejamos o que nos diz A. Ba-beau em *Problèmes de Planification - Paris - 1967*) "Pierre Massé a clairement établi en quoi s'opposent programmation formalisée et programmation discrétionnaire: "La programmation formalisée distingue dans l'élaboration d'un programme une partie arbitraire et une partie automatique. La partie arbitraire est localisée au début du processus de résolution; elle comprend le choix d'un modèle et la discussion des hypothèses.

La partie automatique comprend le reste du processus, c'est-à-dire le traitement des données en vue du calcul des inconnues. - La programmation discrétionnaire ne comporte pas d'automatisme; elle se réserve une liberté de choix à chacun des pas du processus de résolution pour contourner les obstacles, suppléer à l'insuffisance de l'information au remédier à l'apparition d'anomalies".

Embora no caso vertente a programação descritiva de Massé seja recomendada, não podemos deixar de considerar os modelos de acesso ao ensino superior, em Portugal, construídos pelo G.E.P.A.E. no estudo "Procura do Ensino Superior em Portugal"

O segundo destes modelos exprime os coeficientes de transição da frequência escolar dum ano para o seguinte, permitindo-nos, portanto, conhecer a frequência provável do ensino superior que venha a ser estabelecido na S.R.I.C.,

Com os valores calculados para coeficientes de transição o G.E.P.A.E. constroes um gráfico (gráfico 1) facilmente aplicável.

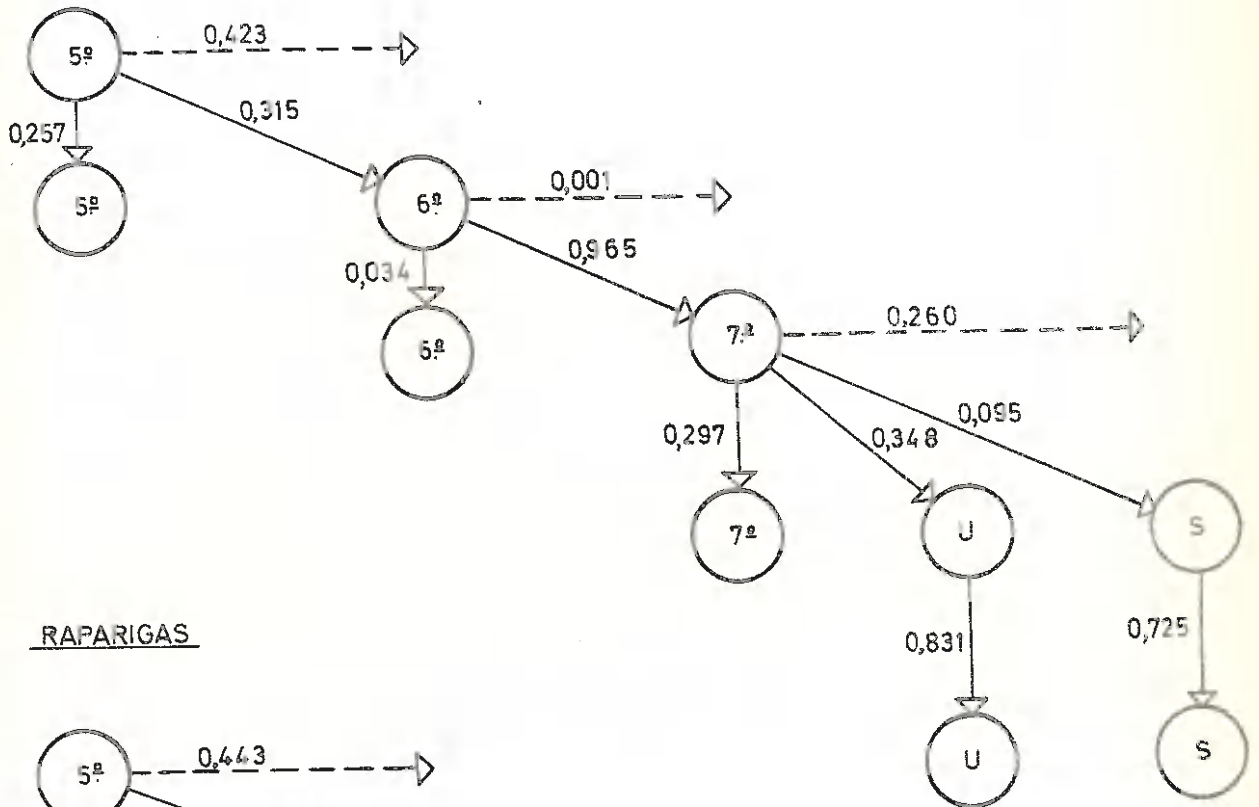
No mesmo trabalho - Procura do Ensino Superior em Portugal - o quadro VII dá-nos as projecções por universidades, da procura do ensino superior até 1977 (Quadro 1).

Por nos parecer muito optimista a previsão feita pelos modelos da G.E.P.A.E. para a S.R.I.C. seguiremos, como limite mínimo da procura do ensino superior na sub-região em estudo, a pirâmide modelo do ensino, apresentada por Solomon como "Modèle de Quantification des Plans d'Enseignement" publicado pela UNESCO em "Les Aspects Économiques et Sociaux de la Planification de l'Education" (Budapest - 1965).

## 2 - Potencialidades Físicas

Alguns dos estudos que temos seguido para a organização deste trabalho, relacionam as potencialidades regionais, que convem valorizar e explorar, para o desenvolvimento da Sub-Região.

RAPAZES



RAPARIGAS

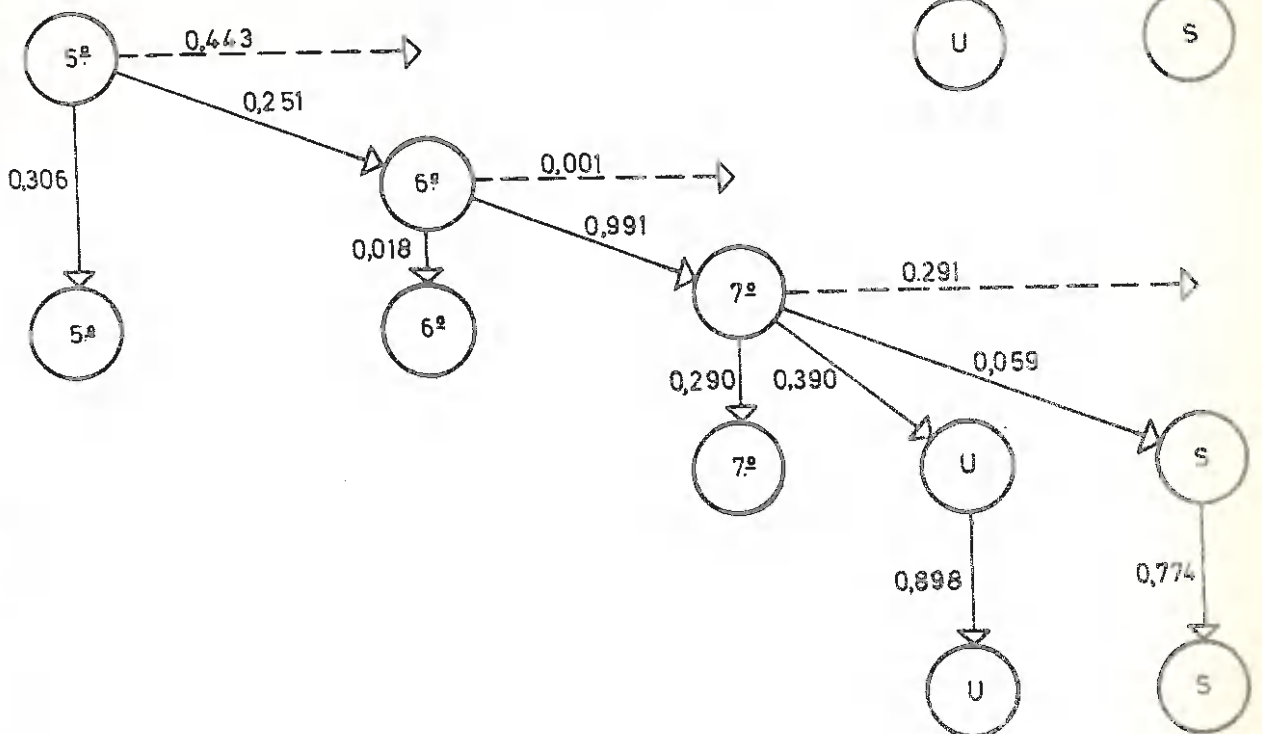


GRÁFICO-1

QUADRO 1

Procura de ensino superior até 1977  
Projeções por universidades

	65/67				73/74				76/77			
	Lisboa (Clas- sica)	Lisboa (Técni- ca)	Porto	Coimbra	Lisboa (Clas- sica)	Lisboa (Técni- ca)	Porto	Coimbra	Lisboa (Clas- sica)	Lisboa (Técni- ca)	Porto	Coimbra
Caloiros												
Rapazes	976	1 117	434	751	1 700	1 600	1 100	1 300	2 000	2 000	1 300	1 500
Reparigas	1 196	296		157	2 400	400	700	1 400	5 000	500	900	1 700
Total	2 172	1 413	732	1 308	4 100	2 000	1 800	2 700	7 000	2 500	2 200	3 200
Matriculados												
Rapazes	5 241	4 233	2 297	1 159	7 400	5 000	5 600	6 000		2 700	6 000	7 500
Reparigas	5 900	978	2 072	3 487	12 200	20000	4 000	7 700	35 100	9 600	5 200	10 500
Total	11 141	5 211	5 568	7 647	19 600	100000	9 600	13 700	75 000	12 300	11 200	17 000

Nota: Os valores tomados para Caloiros em 19/6/66 são referidos a 1973.



De uma forma resumida e seguindo a Carta de Potencialidades anexa à Política de Ordenamento do Território temos:

- a) - Mancha agrícola de Viseu - Guarda
- b) - " " de Lamego
- c) - Zona interior de reservas mineiras
- d) - Zona industrial da Covilhã
- e) - Zona Turística da Serra da Estrela
- f) - Zona de regadio da Cova da Beira e da Idanha
- g) - Manchas florestais
- h) - Terrenos livres
- i) - Zonas de actuação Agrícola
- j) - Zona de actuação florestal

Sendo a zona da Covilhã a de maior diversificação, com potencialidades agrícolas, florestais, industriais e turísticas.

### 3 - Potencialidades Humanas

No caso da programação do ensino superior, consideramos como potencialidades humanas os indivíduos cuja produtividade é possível valorizar pelo ensino superior.

É o número desses indivíduos que vamos procurar determinar para a S.R.I.C..

### 3.1 - Demografia

O apuramento preliminar do 11.º Recenseamento da População revela-nos um desenvolvimento do fenómeno da urbanização e uma diminuição da população do território continental.

A S.R.I.C., uma das mais afectadas, visto que a diminuição da população na década de 60 é da ordem dos 48%. Apesar disso, está ainda muito longe de atingir a população residual e de estabilizar - pelo que convirá actuar a curto prazo, para evitar maior enfraquecimento.

Neste estudo seguimos os dados Preliminares do 11.º Recenseamento da População - 1970 - onde colhemos os seguintes números

População presente no recenseamento de 1970

Continente	8 124 019
Distrito de Castelo Branco	251 851
"    da Guarda	212 191
"    de Viseu	409 753
S.R.I.C.	873 795
Vila Real e Bragança	441 108
Portalegre, Évora e Beja	523 479

Analizando estes valores verifica-se que a S.R.I.C. tem uma população da ordem dos 11% da população do território continental, cerca do dobro da Sub Região Interior Norte e aproximadamente 1,7 da população de Portalegre, Évora e Beja.

Deve-se notar que, apesar destas diferenças, Évora já possui os seus Estudos Gerais.

Sobre o movimento demográfico, uma vez que existem excedentes nas actividades primárias, consideramos que o movimento demográfico continuará, no futuro negativo, isto se não forem criados novos empregos nas actividades dos sectores secundário e terciário, e se não forem criadas escolas, ou centros de formação, que preparem para as novas profissões.

Para melhor conhecimento, vejamos o que se passa em cada um dos distritos quanto à população presente no recenseamento de 1970.

3.1.1 - Distrito de Castelo Branco

Distritos e concelhos	População Presente					
	HM	H	M	Variação 1960/70		
				Absoluta	Em percentagem	
1	5	6	7	8	9	
Distrito de Castelo Branco .....	251 851	119 884	131 967	-58 894	-19	
Belmonte .....	6 330	2 977	3 353	- 2 680	-30	
Castelo Branco .....	55 809	27 201	28 608	- 6 567	-11	
Covilhã .....	60 768	28 687	32 081	-10 737	-15	
Fundão .....	33 726	15 555	18 171	-13 244	-28	
Idanha-a-Nova .....	19 948	9 489	10 459	- 9 547	-32	
Oleiros .....	12 673	6 016	6 657	- 2 529	-17	
Penamacor .....	12 450	5 811	6 639	- 3 980	-24	
Proença-a-Nova .....	13 441	6 411	7 030	- 3 377	-20	
Sertã .....	23 939	11 580	12 359	- 3 983	-14	
Vila de Iel .....	6 247	3 027	3 220	- 909	-13	
Vila Velha de Ródão .....	6 520	3 130	3 390	- 1 341	-17	

A diminuição da população que nos mostra este quadro e as informações colhidas no Relatório Preliminar da Comissão de Planeamento da Região Centro, permitem-nos considerar que não foram valorizadas, em devido tempo, as potencialidades do distrito. E isso, em parte, por falta de técnicos e quadros superiores, o que deu origem a um fluxo de emigração para centros urbanos não pertencentes ao Distrito.

O valor apresentado de 19% situa em 6.º lugar o Distrito de Castelo Branco como fonte de emigração.

3.1.2 - Distrito da Guarda

Distritos e concelhos	População presente					Variação 1960/70	
	HM	H	M	Absoluta		Em porcen- tagem	
	5	6	7	8	9		
1							
Distrito da Guarda .....	212 191	99 797	112 394	-64 279	-22		
Aguiar da Beira .....	8 451	4 047	4 404	- 1 601	-16		
Almeida .....	10 621	4 944	5 677	- 4 922	-32		
Celorico da Beira .....	10 837	5 007	5 830	- 3 837	-26		
Figueira de Castelo Rodrigo ..	8 715	4 014	4 701	- 4 159	-32		
Fornos de Algodres .....	6 772	3 190	3 582	- 2 129	-24		
Gouveia .....	18 802	8 879	9 923	- 5 953	-24		
Guarda .....	40 529	19 639	20 890	- 7 798	-16		
Manteigas .....	4 414	2 115	2 299	- 711	-14		
Meda .....	9 421	4 401	5 020	- 2 844	-23		
Pinhel .....	14 854	7 081	7 773	- 4 935	-25		
Sabugal .....	23 371	10 499	12 872	-13 030	-36		
Sela .....	31 356	14 646	16 710	- 2 650	- 8		
Trancoso .....	14 029	6 571	7 458	- 3 928	-22		
Vila Nova de Foz de Côa .....	10 019	4 764	5 255	- 5 782	-37		

O Distrito da Guarda, talvez porque as suas potencialidades estejam mais ligadas às actividades terciárias, (P.O. T. - centro de ligação) ainda por valorizar, está mais deprimido que os outros distritos da S.R.I.C. O seu fluxo de emigração ocupa o 3.º lugar com uma percentagem de 22%, o que é uma pequena diferença em relação ao distrito mais deprimido, o de Beja, onde a emigração atinge a percentagem de 25%.

2.1.3 - Distrito de Viseu

Distritos e concelhos	População presente					Variação 1960/70	
	HM	II	M	Absoluta	Em percentagem		
	5	6	7	8	9		
I							
Distrito de Viseu .....	409 753	193 706	216 047	-67 715	-14		
Armamar .....	10 183	4 851	5 332	-1 816	-15		
Carregal do Sal .....	11 091	5 028	6 063	-2 258	-17		
Castro Daire .....	20 891	9 788	11 103	-3 901	-16		
Cinfães .....	24 811	11 534	13 277	-4 565	-16		
Lamego .....	32 083	15 669	16 414	-3 996	-11		
Mangualde .....	17 544	8 218	9 326	-5 505	-24		
Moimenta da Beira .....	12 339	5 768	6 571	-2 694	-18		
Mortágua .....	11 232	5 276	5 956	-1 654	-13		
Nelas .....	13 815	6 378	7 437	-2 483	-15		
Oliveira de Frades .....	9 820	4 451	5 369	-822	-8		
Penalva do Castelo .....	11 256	5 258	5 998	-282	-17		
Penedono .....	4 899	2 326	2 573	-1 758	-26		
Resende .....	15 988	7 791	8 197	-4 057	-20		
Santa Comba Dão .....	11 829	5 362	6 467	-1 626	-12		
S. João da Pesqueira .....	9 961	4 710	5 251	-4 944	-33		
S. Pedro do Sul .....	19 356	8 785	10 571	-4 692	-20		
Satão .....	14 304	6 721	7 583	-2 179	-13		
Sernancelhe .....	7 958	3 705	4 253	-2 072	-21		
Tabuaço .....	8 308	3 963	4 345	-3 275	-28		
Tarouca .....	9 838	4 855	4 983	-788	-7		
Tondela .....	36 233	17 554	18 679	-3 335	-8		
Vila Nova de Paiva .....	6 495	2 866	3 629	-2 241	-26		
Viseu .....	76 391	36 882	39 509	-2 625	-3		
Vouzela .....	13 128	5 957	7 161	-2 147	-14		



Dos três distritos que constituem a S.R.I.C., o de Viseu apresenta a população mais estável, isto é, -14% ou seja o oitavo lugar em relação ao conjunto dos distritos do País.

O facto da cidade de Viseu ter sido classificada como polo de crescimento, de ter sido proposta a criação da sua zona industrial e de centralizar uma zona de actualização agrícola, é garantia de, a curto prazo, ser compensada a pequena depressão de 3% que acusa.

Não acontece o mesmo quanto aos restantes concelhos do distrito que irão sofrer a influência do desenvolvimento do polo de crescimento que lhes é vizinho.

Quanto a Lamego, o facto de ser considerada como centro rural principal não me parece suficiente para compensar a sua depressão.

#### 3.1.4 - População Total por Idades

Para construir a pirâmide etária, considerámos a hipótese migratória média das projecções demográficas (1971-76-81) do I.N.E., por nos parecer que a ponta da emigração já se verificou e ainda porque a criação de novos empregos, devido à execução dos planos de fomento, exerce sobre ela uma acção de frenagem.

Prespectivas da população total

Grupos etários	1 de Janeiro de 1976		
	Híp. migratória MÉDIA		
	HM	H	M
I	5	6	7
TOTAL	8 666,3	4 063,6	4 602,7
0 - 4	764,2	389,3	374,9
5 - 9	790,1	403,6	386,5
10 - 14	835,1	425,9	409,2
15 - 19	736,4	371,2	365,2
20 - 24	691,5	343,1	348,4
25 - 29	666,6	333,3	333,3
30 - 34	524,5	230,6	293,9
35 - 39	496,5	209,1	287,4
40 - 44	493,6	211,4	282,2
45 - 49	493,0	215,6	277,4
50 - 54	475,0	213,2	261,8
55 - 59	404,4	183,3	221,1
60 - 64	404,9	181,8	223,1
65 - 69	355,7	152,6	203,1
70 - 74	261,3	103,8	157,5
75 e mais	273,5	95,8	177,7

Na população do País é manifesta a depressão a partir da classe 15 - 19 anos, tendo como causa a emigração e como resultado desta a tendência à diminuição da população escolar.

Assim, o aumento da frequência do ensino superior se será apenas função da elevação do nível médio de instrução - o que nos leva a considerar muito optimistas as projecções da "Procura de Ensino Superior em Portugal" do G.E.P.A.E..

### 3.1.5 - Pirâmide Etária da S.R.I.C.

No Inquérito às Receitas e Despesas Familiares, feito por amostragem, pelo I.N.E. - 1970, foi considerado que a Região Interior Norte - à qual pertence a Sub-Região em estudo - é homogénea.

Assim, a pirâmide etária da S.R.I.C. será semelhante à da Região Interior Norte estudada pelo I.N.E..

Para a construção da pirâmide etária da S.R.I.C. considerámos a população total dos três distritos, dada pelo 11.º Recenseamento da População, e aplicámos-lhe as percentagens calculadas pelo I.N.E. para a Região Interior Norte (classificação do Inquérito às Receitas e Despesas Familiares - 1970).

Comparando as duas pirâmides etárias (Fig. 1 e 2) - a da perspectiva da população total e a do número de indivíduos residentes, por grupos de idade e por sexos, na S.R.I.C. - verifica-se que a população da S.R.I.C. está sendo fortemente atingida pela emigração, a todos os níveis culturais, nas classes de idade dos 20 aos 44 anos. Assim torna-se necessário reduzir esta emigração.

1 - Número de indivíduos residentes e composição percentual por grupos de idade segundo o sexo  
(continuação)

Dimensão da Amostra 7 586

Grupos de idade	Número de indivíduos			Composição percentual		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1	2	3	4	5	6	7
Total geral ...	7 586	3 505	4 081	100,0	100,0	100,0
Menos de 1 ano	110	64	46	1,5	1,8	1,1
De 1 a 4 anos	563	283	280	7,4	8,1	6,9
" " 5 a 9 anos	877	447	430	11,6	12,8	10,5
" " 10 a 14 "	873	448	425	11,5	12,8	10,4
" " 15 a 19 "	811	383	428	10,7	10,9	10,5
" " 20 a 24 "	336	102	234	4,4	2,9	5,7
" " 25 a 29 "	283	125	158	3,7	3,6	3,9
" " 30 a 34 "	372	146	226	4,9	4,2	5,5
" " 35 a 39 "	389	174	215	5,1	5,0	5,3
" " 40 a 44 "	472	195	277	6,2	5,6	6,8
" " 45 a 49 "	482	234	248	6,4	6,7	6,0
" " 50 a 54 "	442	206	236	5,8	5,8	5,8
" " 55 a 59 "	416	206	210	5,5	5,8	5,2
" " 60 a 64 "	386	165	221	5,1	4,7	5,4
" " 65 a 69 "	281	130	151	3,7	3,7	3,7
" " 70 a 74 "	205	88	117	2,7	2,5	2,9
" " 75 e mais anos	288	109	179	3,8	3,1	4,4

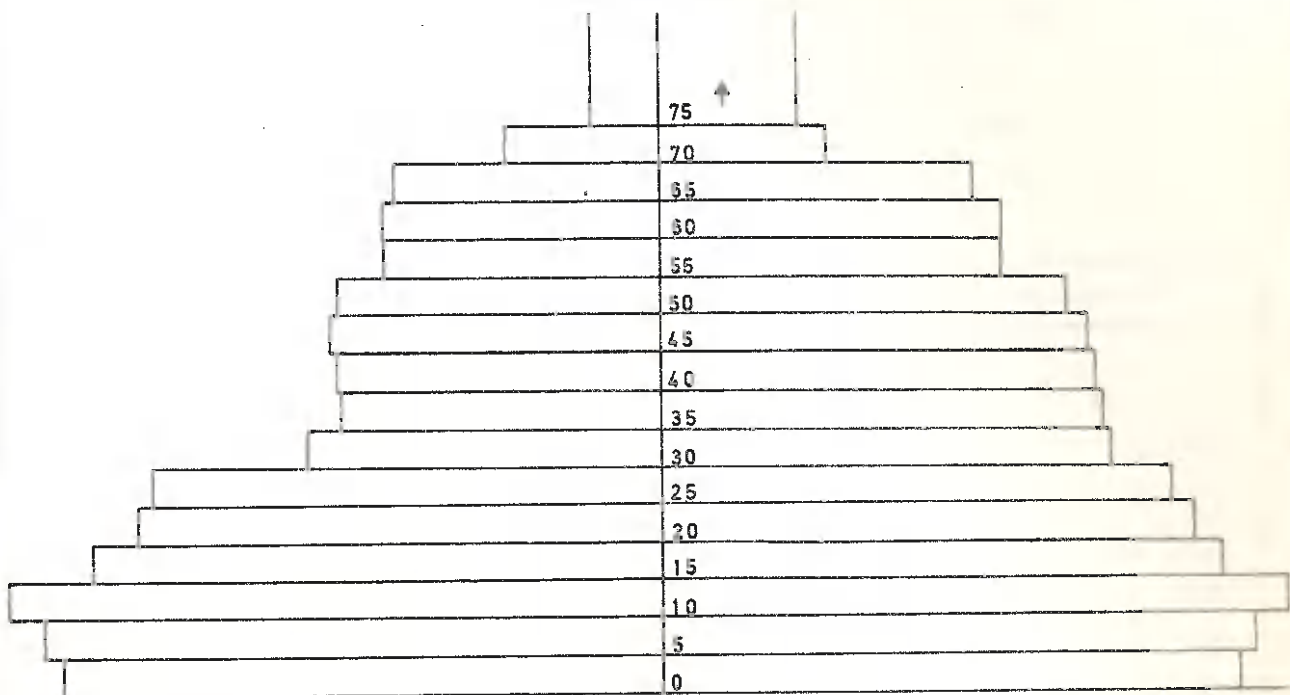


Fig -1 PERSPECTIVA DA POPULAÇÃO TOTAL, POR SEXOS E GRUPOS DE IDADES COM MIGRAÇÕES

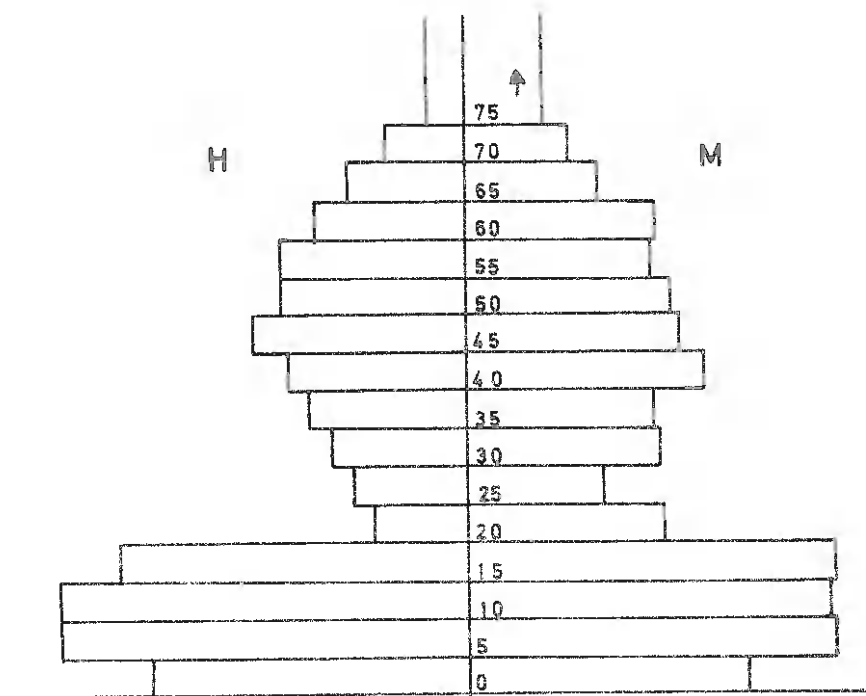


Fig. 2 NÚMERO DE INDIVÍDUOS RESIDENTES POR GRUPOS DE IDADES E POR SEXOS SUB-REGIÃO INTERIOR CENTRO

Número de indivíduos residentes e composição  
por grupos de idades segundo o sexo-Valo-  
res calculados para a Sub-região Interior  
Centro

	Homens		Mulheres	
	%		%	
Total nos três Distritos	100	413 387	100	460 408
Menos de 1 ano	1.8	7 441	1.1	5 064
De 1 a 4 anos	8.1	33 484	6.9	31 768
" 5 a 9 "	12.8	52 914	10.5	48 343
" 10 a 14 "	12.8	52 914	10.4	47 882
" 15 a 19 "	10.9	45 059	10.5	48 343
" 20 a 24 "	2.9	11 988	5.7	26 243
" 25 a 29 "	3.6	14 882	3.9	17 956
" 30 a 34 "	4.2	17 362	5.5	25 322
" 35 a 39 "	5.0	20 669	5.3	24 402
" 40 a 44 "	5.6	23 150	6.8	31 308
" 45 a 49 "	6.7	27 700	6.0	27 624
" 50 a 54 "	5.8	23 976	5.8	26 704
" 55 a 59 "	5.8	23 976	5.2	23 941
" 60 a 64 "	4.7	19 429	5.4	24 862
" 65 a 69 "	3.7	15 295	3.7	17 035
" 70 a 74 "	2.5	10 335	2.9	13 351
" 75 e mais anos	3.1	12 815	4.4	20 258

Para fazer a comparação, entre as previsões da população total em 1 de Janeiro de 1976 e a população da S.R.I.C. em 1970 considerámos, esta, estacionária.

Se for sustada a emigração teremos, como população em idade de passar ao ensino superior por cada ano, na S.R.I.C., a população calculada para a classe de idade dos 15 aos 19, a dividir pelos 5 anos a que corresponde a respectiva classe. Assim, teremos como população em idade de frequentar o ensino superior:

$$(45\ 059 + 48\ 343) : 5 = 18\ 680$$

Considerando que se matricula no ensino superior da S.R.I.C. a mesma percentagem que se verifica em relação ao País teremos, como população provável para o ensino superior da S.R.I.C.:

Alunos matriculados no ensino superior e normal com idade de 19 anos: 5 191 (Estatísticas da Educação 1970- - quadro B).

População total com idade de 19 anos  $736\ 400 : 5 = 147\ 280$  sendo 5 o número de anos correspondente à classe dos 15 aos 19 anos (Projeções Demográficas 1971-76-81 - 3 - Perspectivas - hipótese migratória média - continente e ilhas).

Assim, teremos:

$$\begin{array}{r} 147\ 280 \dots\dots\dots 5\ 191 \\ 18\ 680 \dots\dots\dots \end{array}$$

O que nos dá, para população a admitir anualmente no ensino superior, 658 na S.R.I.C..

Se considerarmos o Quadro VII das Projeções por Universidades para 76/77 da Procura de Ensino Superior em Portugal, teremos:

147 280 ..... 12 900  
18 680 .....

ou sejam, cerca de 1 636 colóios para S.H.F.C.. A hipótese que nos parece muito elevada não só pela situação depressiva em que a região se encontra como também pela distância às cidades com ensino superior universitário.

### 3.1.6 - Pirâmides do Ensino

Como já dissemos na primeira parte deste trabalho, vamos seguir o modelo de Solomon para a previsão quantitativa nos planos de ensino. Para servir de referência e podermos verificar os desvios, em relação aos países em desenvolvimento, aplicamos o método de Solomon à população do Continente e Ilhas Adjacentes.

Na coluna dos valores calculados, indicam-se os resultados achados de acordo com a pirâmide modelo de Solomon, para os países em desenvolvimento. Na coluna dos valores efectivos inscreveram-se os valores indicados Estatísticas na Educação referentes ao ano de 1970 publicadas pelo I.N.E..

Analisando o quadro de Solomon, verificamos:

- a) - A população da pirâmide modelo de Solomon é mais jovem que a do Continente e Ilhas.



b) - O número de alunos efectivamente matriculados no ensino primário do Continente e Ilhas Adjacentes é maior do que as previsões do método que vimos aplicando, acontecendo o inverso em relação à população em idade escolar de 6, 7, 8 e 9 anos.

c) - Ainda não se conseguiu a matrícula de todos os alunos em idade de escolaridade obrigatória.

3.1.6.1 - Previsão e variação verificada na frequência do ensino superior (Selomon)

	Valor	
	Calculado	Efectivo
1 - População residente, calculada para o meio do ano de 1970		8 668 267
1.1 - Educação pré-escolar		
1.1.1 - Alunos matriculados		15 153
1.1.2 - População em idade pré-escolar de 4 e 5 anos	433 413	358 400
1.2 - Ensino primário		
1.2.1 - Alunos matriculados em idade normal-7,8, 9 e 10 anos (Organograma actual) .....		698 002
Com dois anos de atraso .....		203 158
Com 3 e mais anos de atraso .....		<u>49 391</u>
Total de alunos matriculados...	850 000	989 676

1.2.2 - População em idade escolar 6, 7, 8 e 9 anos	850 000	732 080
1.2.3 - Percentagem dos alunos matriculados em relação ao grupo de idades 7,8, 9 e 10	100%	95%
1.2.4 - Número de alunos que entram em cada ano na escola primária	212 500	174 500=
1.2.5 - Número de alunos que terminam, em cada ano, a instrução primária	170 000	154 314
1.2.6 - Número médio de alunos que desistem	42 500	20 168
1.3 - Ensino secundário - 1.º Ciclo e Escola Preparatória		
1.3.1 - Número de alunos a admitir, em cada ano, nos estabelecimentos de ensino secundário (1.º ciclo e escola preparatória - 10, 11, 12 e 13 anos, ensino obrigatório)	170 000	154 314
1.3.2 - População em idade escolar de 10, 11, 12 e 13 anos	830 000	652 960
1.3.3 - Alunos matriculados em 1970 para todas as idades	660 000	138 564
1.3.4 - População em idade escolar que não está seguindo o ciclo preparatório	170 000	514 396
1.3.5 - Número de alunos que terminam, em cada ano, o 1.º ciclo ou o ciclo preparatório	144 500	49 426
1.3.6 - Número médio de alunos que desistem, em cada ano	25 500	19 856
1.4 - Ensino secundário ( 2.º Ciclo)		
1.4.1 - Número de alunos a admitir, em cada ano, nos estabelecimentos de ensino secundário	115 600	39 541

1.4.2 - População em idade escolar de 14, 15, 16 e 17 anos	820 000	637 660
1.4.3 - Alunos matriculados em todas as idades (Corrigido)	462 400	210 300
1.4.4 - População, em idade escolar, que não está seguindo o ensino secundário	357 600	427 360
1.4.5 - Número de alunos que termina, em cada ano, a instrução secundária	98 260	38 001
1.4.6 - Número médio de alunos que desistem	17 340	15 502
1.5 - Ensino Superior		
1.5.1 - Número de alunos a admitir, em cada ano, nos estabelecimentos de ensino Superior	19 652	10 098
1.5.2 - População em idade escolar de 18, 19, 20, 21, 22 e 23	1 200 000	920 440
1.5.3 - Alunos matriculados de todas as idades (números estimados)	78 608	46 019
1.5.4 - População, com idade escolar, que não está seguindo cursos superiores	1 121 392	874 421
1.5.5 - Número de alunos que terminam, em cada ano, cursos superiores		5 049
1.5.6 - Número médio de alunos que desistem		5 075

- d) - Na instrução secundária é francamente baixo o número de alunos matriculados pelo que é também baixo o número de alunos que terminam o 1.º ciclo ou o ciclo preparatório. É de prever, dado o desenvolvimento que se está processando, nos próximos anos, uma maior frequência do ensino secundário.
- e) - Os alunos que terminam o ensino secundário são cerca de metade dos que deveriam terminar em relação à população total do País. Assim, os alunos a admitir no ensino superior são igualmente cerca de metade da frequência prevista por Solomon.
- f) - No aproveitamento final o número dos alunos que terminam o ensino superior é igual ao número dos que desistem.
- g) - É de notar que se compararam valores verificados com valores calculados, segundo um modelo de previsão para 1980. Assim, os valores obtidos, devem ser considerados ou como objectivos a atingir ou servirem de indicadores.

3.1.6.2 - Aplicando aos Distritos de Castelo Branco, Guarda e Viseu, que constituem a S.R.I.C., a pirâmide de Solomon, temos:

	Calculado	Efectivo
1 - População residente, calculada para o meio do ano de 1970		
Castelo Branco .....	251 851	
Guarda .....	212 191	
Viseu .....	<u>409 753</u>	873 795
1.1 - Educação pré-escolar		
1.1.1 - Alunos matriculados		
Castelo Branco .....	637	
Guarda .....	754	
Viseu .....	<u>1 387</u>	2 778
1.1.2 - População em idade pré-escolar 4 e 5 anos	43 689	36 100
1.2 - Ensino primário		
1.2.1 - Alunos matriculados em idade normal 6, 7, 8 e 9 anos		
Castelo Branco .....	15 420	
Guarda .....	15 499	
Viseu .....	<u>30 342</u>	61 261
1.2.2 - População em idade escolar, com 6, 7, 8 e 9 anos	87 000	76 890
1.2.3 - Efectivo escolar do ensino primário em relação ao grupo de idades correspondente em %	100%	80%
1.2.4 - Número de alunos que entram, em cada ano, na escola primária. Valor estimado	21 800	18 773
1.2.5 - Número de alunos que terminam, em cada ano, a instrução primária	17 440	15 485
1.2.6 - Número médio de alunos que desistem	4 360	3 288

1.3 - Ensino secundário; 1.º Ciclo e escola preparatória		
1.3.1 - Número de alunos a admitir, em cada ano, nos estabelecimentos de ensino secundário (1.º ciclo e escola preparatória)	17 440	15 485
1.3.2 - População em idade escolar: 10, 11, 12 e 13 anos	87 000	68 587
1.3.3 - Alunos a matricular em 1970, com as idades 10, 11, 12 e 13 anos valor estimado	69 760	61 940
1.3.4 - População que não está seguindo o ciclo preparatório		6 647
1.3.5 - Número de alunos que terminarem, em cada ano, o ciclo preparatório de 4 anos. Valor estimado	13 952	10 220
1.3.6 - Número médio de alunos que desistem 15 485 - 10 220	3 488	5 265
1.4 - Ensino secundário (liceu, técnico profissional, Artístico, Eclesiástico)		
1.4.1 - Número de alunos a admitir, em cada ano, nos estabelecimentos de ensino secundário. Valor estimado	9 766	8 176
1.4.2 - População em idade escolar com 14, 15, 16 e 17 anos	87 000	66 900
1.4.3 - Alunos matriculados de todas as idades, valor estimado	39 064	23 086
1.4.4 - População que não está seguindo a instrução secundária		43 824
1.4.5 - Número de alunos que termina, em cada ano, a instrução secundária	8 201	3 251
1.4.6 - Número médio de alunos que desistem		
1.5 - Ensino Superior e Normal		
1.5.1 - Número de alunos a admitir, em cada ano, nos estabelecimentos de ensino superior. Valor estimado	1 646	812

Analisando estes resultados temos:

- a) - Na S.R.I.C., 20% da população em idade escolar não está seguindo a instrução primária obrigatória.
- b) - É bastante elevado, em relação aos valores verificados no País, o número de alunos que não termina a instrução primária.
- c) - No 1.º ciclo do ensino secundário, o número de alunos que não terminam está acima da média verificada para o País e é cerca de metade dos que o terminam.
- d) - O número de alunos que terminam o 2.º ciclo, em relação aos que se matriculam no 1.º ano, revela pouco aproveitamento.
- e) - Considerando que na procura do ensino superior se verificam, na S.R.I.C. as mesmas médias determinadas para o Continente e Ilhas, está assegurada a frequência dum Universidade - só com a população da Sub-Região.
- f) - Se vier a verificar-se falta de frequência quer pela atracção das universidades existentes quer por no início não existir a diversidade de cursos que satisfaça a toda a procura, poderá e convirá reforçar a frequência com balseiros da S.R.I.N. e da S.R.I.S., visto que assim se eleva a nível intelectual dos cursos.

g) - O quadro, ainda, nos permite verificar que a escolaridade, na S.R.I.C., diminui com a elevação do grau de ensino afastando-se dos valores considerados normais pela UNESCO.

Tal situação aconselha a um esforço nos investimentos humanos - indispensável ao desenvolvimento da S.R.I.C., que se encontra desfalçada das suas elites intelectuais.

#### 4 - Ensino Superior

O Trabalho a que nos temos referido - "Procura do Ensino Superior em Portugal" - nas suas projecções por universidades diz-nos que em 1976/77 o número de novos alunos universitários será de 12 900, mais do dobro do que se verificou no ano de 66/67.

Note-se que em 1966/67 as universidades estavam superlotadas, havendo escolas onde o ensino teve de ser desdobrado em turmas, sob a regência de professores diversos, desnivelando o ensino e a formação, dentro da mesma escola.

Uma situação tal só pode ser resolvida com a criação de novas escolas ou ampliação das existentes.

Quando se dá a saturação de uma escola, por aumento de frequência e não por diversificação das especialidades - o caso nacional - é mais rentável, sob o ponto de vista económico e social, a criação de novas escolas, e é essa doutrina do P.S.E. ao considerar os institutos politécnicos para o ensino superior e formação especializada. Assim, é este o tipo de ensino que interessa à S.R.I.C. e sem o qual é utópico pen



ser em desenvolver uma região onde o fluxo das migrações, há muito, aliciou as elites intelectuais que, forçadas a procurar o ensino superior noutras regiões, por lá se fixaram, abandonando por completo o seu património a uma exploração tradicional, enraizada por gerações.

Qualquer processo de dinamização para o desenvolvimento regional não poderá iniciar-se sem as estruturas humanas que o compreendam e lhe deem execução.

Neste sentido, consideramos necessário e urgente a criação, na S.R.I.C., de Institutos Politécnicos.

Ainda, considerando o estado de depressão da S.R.I.C., o ensino superior constituirá uma actividade motora do desenvolvimento regional e um meio de frenar a emigração das elites intelectuais.

O Relatório Preliminar da Comissão de Planeamento da R.C. e os Estudos Preparatórios para o IV Plano de Fomento, dão-nos a conhecer uma série de potencialidades e soluções que exigem uma grande quantidade de técnicos para a sua valorização e execução.

Na escolha sistematizada dos cursos para os Institutos Politécnicos da S.R.I.C. vamos considerar as exigências criadas pela execução da P.O.T. e as indicações contidas na "Análise da Situação Actual do Ensino em Portugal" do GEPAE.

Assim, vejamos os cursos que nos parecem mais necessários.

#### 4.1 - Medicina

Considerando o espaço Nacional, o País conta hoje com cinco escolas de medicina para uma população da ordem dos 20 000 000 de habitantes dos quais 8 668 267 residiam no Continente e Ilhas Adjacentes em 31 de Dezembro de 1970.

Por um estudo da ONU (E/AC.56/L.1/A dd.5) feito em 1968, em 87 países de que dispunha de informações, havia 779 escolas de medicina para uma população aproximada de 2 640 000 000 de habitantes ou seja cerca de uma escola para 3 400 000 habitantes.

O objectivo do desenvolvimento mundial para a década de 1970 é o de uma escola de medicina para cada 3 000 000 de habitantes.

No entanto, na Europa e na América do Norte, existe uma escola de medicina para cada 2 000 000 de habitantes.

Se considerármos que no espaço nacional existem cinco escolas e que a população total é de 20 000 000 de habitantes, teremos uma escola de medicina por cada 4 000 000 de habitantes, o que está abaixo da Média Mundial e dos objectivos previstos para o desenvolvimento na década de setenta.

Se considerármos apenas o Continente, sem o fluxo de emigração dos médicos que se fixam no Ultramar e os que temporariamente são retidos pelo serviço militar nas províncias ultramarinas, estamos dentro dos objectivos de desenvolvimento previstos pela ONU para a década de setenta, mas continuamos abaixo das médias dos países europeus.

No entanto, o que nos parece mais avisado em face dos indicadores de cobertura médico-sanitária reunidos pela Divisão de Estatística da C.E.P.A.E., é a criação de uma nova escola de medicina, no Continente, aproximando-nos, assim, da situação Europeia com uma escola de medicina para cada 2 000 000 de habitantes. Não devemos esquecer que a emigração para o Ultramar e o serviço militar alteram a situação.

Na A.S.A.E.F. verifica-se que a carência de médicos e profissionais de enfermagem é manifesta, visto que, se considerarmos como objectivo:

1 médico ou um auxiliar sanitário por 1 000 habitantes

1 Profissional de enfermagem por 1 000 habitantes

verificamos que,

- a) - Castelo Branco dispõe de 95 médicos e 116 profissionais de enfermagem - quando deveria dispôr de 252 médicos e 252 profissionais de enfermagem.
- b) - Guarda dispõe de 87 médicos e 114 profissionais de enfermagem - quando deveria dispôr de 212 médicos e 212 profissionais de enfermagem.
- c) - Viseu dispõe de 148 médicos e 123 profissionais de enfermagem - quando deveria dispôr de 410 médicos e 410 profissionais de enfermagem. Somando estas diferenças temos:

Médicos:	252	-	95	=	157	
	212	-	87	=	125	
	410	-	148	=	<u>262</u>	544

Profissionais de en  
fermeagem:

	252	-	116	=	136	
	212	-	114	=	98	
	410	-	123	=	<u>287</u>	521

Carências da mesma ordem de grandeza se verificam nas sub-regiões interiores do Norte e do Sul, o que bem justifica a criação de uma Faculdade de Medicina.

#### 4.2 - Agricultura, Silvicultura e Pecuária

A P.O.T. insiste no estudo do sistema institucional mais adequado à coordenação dos meios necessários à administração das obras de rega e ao estabelecimento de programas de produção, transformação e comercialização dos produtos, nas "zonas integradas" e aponta várias exigências do desenvolvimento que só podem ser resolvidas com técnicos de produção, gestão de empresa e de administração pública.

Para se tomar consciência da carência de técnicos na S.R.I.C., basta observar o quadro 18 "Algumas Profissões de Relevância Social" dos estudos do G.E.P.A.E., onde se verifica que as médias nacionais são de 0,2 engenheiros

e 0,07 arquitectos exercendo a profissão liberal por 1 000 habitantes.

Porém nos Distritos de Castelo Branco, Guarda e Viseu temos apenas, respectivamente 0,02 e 0,01; 0,05 e 0,00; 0,04 e 0,01; diferenças da ordem de um para dez.

Tal situação, para tornar possível a realização da política apontada, exige a formação, como já dissemos de um elevado número de técnicos em gestão, produção e administração - que satisfaçam às necessidades.

A diversificação dos especialistas que as potencialidades da S.R.I.C. carece, só pode ser obtida em escolas locais, que, junto a departamentos de investigação, possam formar os técnicos de acordo com as exigências regionais.

O P.S.E. não considera a silvicultura como uma especialidade separada da agricultura pelo que, no Instituto Politécnico Agropecuário tem cabimento a agricultura, a silvicultura, a pecuária e outras especialidades que venham a ser consideradas.

#### 4.3 - Turismo

Para termos a noção dos inúmeros problemas sociais e económicos que envolvem o turismo, e que nos levam a considerar a carência do ensino superior do turismo ao nível do bacharelato vamos recordar a definição de Turista e de excursionista dadas pela ONU e hoje generalizadas:

- "Turista é todo o indivíduo que está fora da sua residência habitual por um período superior a 24 horas, ou para facilitar a informação estatística, o indivíduo que ocupa uma cama do equipamento turístico por uma noite ou mais".
- "Excursionista é todo o indivíduo que se desloca da sua casa por um período inferior a 24 horas, para praticar uma actividade física ou intelectual diferente da sua profissão".

Acontece que o turismo é uma actividade motora da circulação económica, pelo que se considera, nas regiões de economia rural, como um complemento indispensável para compensar a lentidão com que se realiza o ciclo de produção.

Note-se que, na agricultura, o ciclo demora um ano e na silvicultura alguns anos; enquanto que no turismo se chegam a completar quatro ou cinco ciclos num ano - com a vantagem de que além do capital fixo, o capital circulante é mínimo ou dispensável.

Combinando esta definição com o moderno conceito de lazer (loisir), temos que, turista ou excursionista, é todo o indivíduo que ocupa o seu tempo livre com uma actividade física ou intelectual fora da localidade da sua residência.

Considerando o objectivo destas deslocações, quer para o turista quer para o excursionista, temos uma grande variedade de tipos de Turismo a praticar, de acordo

com a época do ano, os recursos regionais e as carências de aceleração do capital circulante.

Os motivos fundamentais que promovem o turismo actual são:

- Progresso técnico - que pôs à disposição do homem meios que lhe oferecem maior mobilidade;
- Desenvolvimento urbano - que em consequência das diversas formas de poluição, criou a necessidade de recuperação física para os habitantes das cidades;
- Satisfação das exigências do homem.

Como a S.R.I.C. depende, em grande parte, das actividades primárias, e estas ainda continuam com excedente de mão de obra, - há que procurar novas actividades que utilizem esses excedentes e bem assim a mão de obra do desemprego sazonal a que a agricultura está sujeita.

O turismo oferece o melhor campo para absorver os excedentes das actividades primárias, sendo o turismo rural a melhor solução para o desemprego na agricultura uma vez que ocupa a mão de obra disponível dos trabalhos rurais.

O turismo, na sua expressão geral, implica grandes investimentos com infraestruturas, equipamentos sociais etc.

Porém, não acontece o mesmo com o turismo rural, turismo de ar livre (plain air) em que se procura a natureza e os recursos que ela oferece à satisfação das exigências do homem.

Assim, o turismo social, e o turismo popular, usamco no formas de ocupação do espaço o campismo e o caravanismo, utilizando também habitações rurais abandonadas pe-  
los emigrantes, levando assim às zonas rurais, consumidores directos de bens e serviços.

Quando as barracas e as caravanas se concentram, dão origem a uma nova forma de urbanismo, que poderemos cha-  
mar urbanismo de levante.

Este, dá origem a uma grande variedade de problemas económicos e sociais, que requerem já, assistência técnica especializada.

O campismo e caravanismo, além da função de residência temporária, devem satisfazer às exigências de ocupa-  
ção dos lazeres. Assim, devem instalar-se em locais que disponham de meios necessários à prática de uma ou mais actividades de ar livre, e destas, as que mais despertem o turismo social e que podem ser praticadas nas zonas rurais com os necessários recursos são:

- 1 - Actividades aeronauticas
  - 1.1 - Paraquedismo
  - 1.2 - Voo à vela
  - 1.3 - Aviação de turismo
- 2 - Arqueologia
  - 2.1 - Escavações arqueológicas
  - 2.2 - Visitas e reconhecimentos
  - 2.3 - Espeleologia
- 3 - Campismo e caravanismo



- 3.1 - Em parques de camping
- 3.2 - Rural-disperso
- 3.3 - Caravanismo náutico
- 4 - Cinema amador
- 5 - Duas rodas
  - 5.1 - Bicicleta
  - 5.2 - Motorista
  - 5.3 - Moto
- 6 - Turismo equestre
  - 6.1 - Escolas de hipismo
  - 6.2 - Rallyes
  - 6.3 - Passeios
- 7 - Turismo de juventude
  - 7.1 - Centros de formação
  - 7.2 - Centros de ginástica
  - 7.3 - Acampamentos de juventude
  - 7.4 - Centros náuticos
- 8 - Montanhismo
- 9 - Fotografia
- 10 - Nautismo
  - 10.1 - Actividades subaquáticas
  - 10.2 - Canoa e Cayack
  - 10.3 - Motonáutica

- 10.4 - Cruzeiro
- 10.5 - Sky náutico
- 10.6 - Vela

Esta diversificação de actividades de ar livre, o crescente desejo de serem praticadas e a grande variedade de implicações económicas, sociais e administrativas que envolvem, aconselha que todo os locais, onde se possam estabelecer centros de turismo de ar livre e especialmente as zonas rurais, disponham de equipamentos colectivos e humanos. Estes devem corresponder às actividades que os recursos naturais oferecem, de modo a que possam ser utilizados com proveito e segurança, satisfazendo assim as exigências dos utentes. O que acabámos de dizer dá a noção da amplitude do problema do turismo e, em especial, do turismo rural.

Concluindo diremos que a melhor rentabilidade desta actividade económica e social só é possível obter-se com pessoal técnico devidamente habilitado.

No que respeita ao turismo rural, a necessidade de conhecer os recursos que a natureza oferece e como podem ser valorizados e bem assim a necessidade de coordenar a exploração agrícola com a das actividades turísticas - de modo a obter-se o pleno emprego e a melhor rentabilidade do capital circulante - aconselha a que a gestão da em-preza agrícola seja estudada em paralelo com a gestão da empresa turística. Isto, para que esta possa ser uma actividade motora no desenvolvimento das actividades primá-rias.

É vasto o campo de estudo e investigação que oferece o turismo rural, como actividade complementar das actividades primárias - o que justifica a inclusão, no instituto politécnico Agropecuário, do curso superior de turismo.

#### 4.4 - Administração e Engenharia Auxiliar

A zona interior centro, como se vê na carta de potencialidades da Divisão de Planeamento S.T.P.C., dispõe de reservas mineiras a explorar.

Alguns dos seus produtos podem ser transformados no local, de acordo com as exigências do mercado; outros, deverão ser enviados, como matéria prima, aos centros industriais.

A Covilhã, centraliza uma pequena região industrial, onde já funciona uma escola de ensino técnico especializado - ao nível do curso complementar do 2.º ciclo do ensino liceal técnico - para satisfazer o mercado de trabalho da região.

A silvicultura, cujo desenvolvimento se considera na P.O.R., com o aproveitamento de terras incultas e pela reconversão de outras, exige a criação de indústrias de transformação.

A electrificação rural, cujo desenvolvimento se prevê, carece de uma assistência técnica que vai desde o simples electricista até ao especialista em electrónica.

A construção civil, com o aparecimento de novos materiais e a necessidade de renovação urbana não dispõe dos técnicos necessários.

Na Administração Municipal, os quadros administrativos têm sido preenchidos por indivíduos tendo por formação de base apenas o curso dos liceus, ou equivalente, fazendo-se a especialização pela prática nos serviços.

O Código Administrativo comete às autarquias locais poderes a que só uma boa formação económica e social adequada poderá dar o rendimento que o conceito de comunidade municipal oferece a uma economia administrativa.

A produção industrial, condicionada às exigências do mercado, carece de especialistas de produção e comercialização.

Ainda, a organização corporativa e as cooperativas, para serem eficientes, carecem de pessoal administrativo devidamente habilitado.

Assim, verifica-se que, para executar a P.O.T. é necessário dispôr na S.R.I.C. dos técnicos necessários, ao nível do bacharelato, com as seguintes especialidades:

- a) - Engenheiro auxiliar de minas
- b) - " " " máquinas
- c) - " " " electricidade
- d) - " " " Construção civil e obras públicas
- e) - " industrial
- f) - Administração

Dada a carência, ou não existência destes especialistas, o problema poderá ser resolvido com um instituto politécnico, ministrando na primeira fase, as especialidades de administração e engenharia industrial.

Como estimativa das necessidades do mercado do trabalho para os diplomados com o curso de administração, consideramos que  $1/3$  dos diplomados é absorvido pelas Câmaras Municipais,  $2/3$  pelas empresas particulares, organização corporativa ou emigração.

Considerando que o mercado de trabalho se limita aos concelhos da sub-região e que, cada concelho ocupa, em média, durante 15 anos, 5 diplomados, teremos:

Concelhos da S.R.I.C. 49

Diplomados ao serviço  $5 \times 49 = 245$

ou seja, um pedido anual de  $\frac{245}{15} = 16$  para os municípios

e mais o dobro para as actividades particulares e organização corporativa - num total de 48 diplomados. Ora este número justifica bem a criação de um Instituto Politécnico na S.R.I.C..

Quanto às especialidades de engenharia, os números não diferem muito dos encontrados para a administração, no entanto a grande diversificação de especialidades em engenharia torna difícil o arranque

#### 4.5 - Localização

Para a escolha do local destinado à instalação dos institutos politécnicos podemos seguir três critérios:

- a) - A instalação nos concelhos mais deprimidos, onde as potencialidades correspondam aos cursos a ministrar nos institutos politécnicos. Ou então,
- b) - O apoio urbano para cada um dos institutos politécnicos, localizando-os de acordo com as potencialidades locais, o que daria, em princípio:

Viseu - Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Turismo - no mesmo instituto ou em institutos separados.

Eventualmente na Guarda a confirmar por estudos posteriores - Medicina e Profissionais de Enfermagem.

Distrito de Castelo-Branco - Administração e Engenharia Auxiliar.

- c) - Se por razões de economia, rentabilidade nos trabalhos e formação dos diplomados, se desejar reunir todo o ensino numa universidade, aproveitando ainda a função motora do ensino superior no desenvolvimento do centro urbano mais deprimido da região, seria eventualmente, a Guarda onde deveria ser instalada a universidade - com todas as especialidades indicadas.

Este critério poderá ter justificação pelos seguintes motivos:

a) - Ecologia física

A altitude da Guarda oferece um clima saudável e frio-propício ao recolhimento, à meditação, ao estudo e à investigação.

Tal ambiente, permite o prolongamento do período de trabalhos e maior produtividade

b) - Ecologia social

O afastamento dos grandes centros urbanos e a integração familiar, que ainda existe na região, são outros factores que aconselham a escolha da Guarda para formação da juventude universitária.

c) - Emigração

Os novos empregos a que dá origem a prestação de serviços a uma população universitária e as iniciativas das elites intelectuais, que ao terminarem os seus cursos desejam fixar-se na cidade onde fizeram os seus estudos, são motivos para reduzir o fluxo de emigração que tem vindo a reduzir a população do distrito.

d) - Fixação de capital

A saída de estudantes para as cidades com ensino superior arrasta o capital necessário à sua manutenção, que é retirado do capital circulante regional, enfraquecendo assim a economia da região.

## 5 - Conclusão

Do que acabamos de expor concluímos:

- A) - É necessário criar na S.R.I.C., o ensino superior, ao nível de bacharel, sem o que a região não poderá desenvolver-se por falta de técnicos;
- B) - Os cursos cuja falta se torna indispensável superior para que possa haver desenvolvimento na S.R.I.C., são:
  - a) Agricultura
  - b) Silvicultura
  - c) Pecuária
  - d) Turismo
  - e) Medicina
  - f) Administração
  - g) Engenharia
- C) - Do que se disse, conclui-se que todos os cursos devem ser reunidos numa universidade, a localizar na Guarda. Porém, a depressão em que se encontra toda a S.R.I.C. aconselha a escolha do critério de localização indicado na alínea b) do ponto 4.5.



Indicadores Distritos	Médicos por 1 000 habitantes - 1968		Taxa de mortalidade infantil (%)		Percentagem de partos s/assistência		Profissionais de enfermagem por 1 000 habitantes	
	Valor do indicador em 1968	Posição ocupada	Valor médio do indicador no período 1967-69	Posição ocupada	Valor do indicador em 1968	Posição ocupada	Valor do indicador em 1968	Posição ocupada
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
METRÓPOLE	0,89		63,6		35,3		0,96	
CONTINENTE	0,93		63,3		35,8		0,98	
Aveiro	0,58	4	70,6	17	34,9	13	0,46	8
Beja	0,31	12	81,9	22	44,5	15	0,07	19
Braga	0,41	7	75,7	19	54,7	17	0,54	5
Bragança	0,37	10	80,8	21	76,0	21	0,11	18
Castelo Branco	0,38	9	49,1	5	30,2	12	0,47	7
Coimbra	1,76	2	48,2	3	38,6	14	2,27	1
Évora	0,43	6	57,5	9	28,5	8	0,45	9
Faro	0,39	8	61,6	11	18,4	3	0,28	14
Guarda	0,41	7	68,0	16	62,4	18	0,54	5
Leiria	0,36	11	43,7	2	28,4	7	0,49	6
Lisboa	2,17	1	48,6	4	7,6	1	2,27	1
Portalegre	0,45	5	55,1	7	29,2	9	0,35	11
Porto	1,37	3	74,8	18	29,3	10	1,53	2
Santarém	0,43	6	42,7	1	25,1	5	0,27	15
Setúbal	0,43	6	53,5	6	12,3	2	0,60	4
Viana do Castelo	0,31	12	59,4	10	67,1	19	0,22	16
Vila Real	0,31	12	77,3	20	82,8	22	0,16	17
Viseu	0,36	11	65,2	13	68,0	20	0,30	12
ILHAS	0,33		66,2		29,0		0,60	
Angra do Heroísmo	0,27	13	62,4	12	27,5	6	0,38	10
Funcal	0,39	8	67,9	15	29,9	11	0,88	3
Horta	0,38	9	55,3	8	52,8	16	0,29	13
Ponta Delgada	0,27	13	67,4	14	24,5	4	0,38	10

FONTE: para (1) e (7), cálculos efectuados com os valores constantes do Anuário Estatístico de 1968 e Estatísticas Demográficas de 1968;

para (5), cálculos com base nos valores fornecidos pela E.D. de 1968;

para (3), cálculos com base nos valores fornecidos pelas E.D. de 1967, 1968 e 1969 (óbitos com menos de 1 ano por cada 1 000 nados vivos no referido período).

## ALGUMAS PROFISSÕES DE RELEVÂNCIA SOCIAL

DISTRITOS	Médicos por 1000 habitantes em 1968	Advogados por 1000 habitantes em 1968	Engenheiros exercendo profissão liberal por 1000 habitantes-1969	Arquitectos exercendo profissão liberal por 1000 habitantes-1969
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
METRÓPOLE	0,89	0,25	0,20	0,07
CONTINENTE	0,93	0,26	0,21	0,08
Aveiro	0,58	0,20	0,05	0,03
Beja	0,31	0,12	0,05	0,00
Braga	0,41	0,14	0,04	0,01
Bragança	0,37	0,14	0,04	0,00
Castelo Branco	0,38	0,10	0,02	0,01
Coimbra	1,76	0,25	0,14	0,04
Évora	0,43	0,14	0,06	0,01
Faro	0,39	0,16	0,10	0,03
Guarda	0,41	0,14	0,05	0,00
Leiria	0,36	0,11	0,05	0,01
Lisboa	2,17	0,69	0,76	0,27
Portalegre	0,45	0,15	0,06	0,00
Porto	1,37	0,25	0,29	0,14
Santarém	0,43	0,15	0,04	0,00
Setúbal	0,43	0,11	0,07	0,01
Viana do Castelo	0,31	0,15	0,03	0,00
Vila Real	0,31	0,14	0,03	0,01
Viseu	0,36	0,14	0,04	0,01
ILHAS	0,33	0,13	0,06	0,01
Angra do Heroísmo	0,27	0,08	0,06	0,00
Funchal	0,39	0,16	0,07	0,02
Horta	0,38	0,13	0,00	0,00
Ponta Delgada	0,27	0,11	0,05	0,00

FONTES: para (2) e (3), o Anuário Estatístico de 1968 e as Estatísticas Demográficas de 1968;

para (4) e (5), as Estatísticas das Contribuições e Impostos de 1969 e as Estatísticas Demográficas de 1969.

1000